

# A PARTICIPAÇÃO DO PROFESSOR NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO PAULISTA<sup>1</sup>

Palavras-Chave: POLÍTICAS PÚBLICAS, PROFESSOR, CURRÍCULO

Autores/as:

GUSTAVO CAZAROLI DE MELO, IMECC

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> MARA REGINA LEMES DE SORDI (orientadora), FE

---

## INTRODUÇÃO:

Mudanças constantes nas políticas públicas não são um assunto recente. De fato, a história é repleta de exemplos, ao longo dos anos, de formas como governos, direta ou diretamente, voluntária ou involuntariamente sofreram influências de setores econômicos, midiáticos e da opinião pública para que tais mudanças ocorressem, ou não. Os anos 1970 e 1980 foram marcados, principalmente no campo econômico, por mudanças no sistema capitalista em todo o globo, desencadeando fatos históricos de grande repercussão. Já nesta época tais mudanças se refletiram nas políticas educacionais brasileiras

O debate educacional, central ao processo de mudança, foi encarado por um lado pelo pensamento progressista, que buscava a transformação social e escolar e por outro pela manutenção do pensamento em vigor à época, de caráter tecnicista. Na década seguinte, 1990, a metamorfose dos meios de produção, com a introdução de novas tecnologias e a reorganização das forças de trabalho, a queda melancólica de sistemas anticapitalistas no Leste europeu e a ascensão da ciência como força produtiva que começou a discriminar valor aos seus produtos e serviços foram de efeito mundial, chegando ao Brasil através do contato com outros países e importando deles características de mudanças políticas. Estas refletiram na educação, dando-lhe caráter agora chamado neotecnicista.

É inegável notar que as influências do poderio econômico encontram na educação pública, na gestão escolar e nos métodos de ensino-aprendizagem um reflexo para as mudanças que acontecem no âmbito das políticas públicas educacionais, buscando, orientando ou até mesmo forçando o alinhamento desta aos interesses capitais. Influências reforçadas por grupos formadores de opinião e meios de comunicação que induzem a opinião pública a aceitar concepções de educação rasas e destinadas às classes trabalhadoras.

Na esteira das influências para as políticas públicas educacionais, há de se identificar como se dá a participação de outros grupos de interesse no caso os professores, protagonistas do processo de

---

<sup>1</sup> Pesquisa realizada voluntariamente pelo estudante, através do Programa de Iniciação Científica Voluntária (PICV).

ensino-aprendizagem escolar e muitas vezes colocados na periferia do debate. Para tal, voltamos nosso olhar para o currículo paulista e definimos como objetivos deste estudo:

- Apresentar qual foi a participação do professor do ensino básico na elaboração do Currículo Paulista. Os objetivos específicos deste trabalho são:
  - Realizar breve histórico das políticas públicas educacionais brasileiras a partir de 1985, identificando os fatores que influenciaram as mudanças que ocorreram, dando destaque a relação entre poder econômico e educação.
  - Identificar e refletir sobre a participação do professor na elaboração do novo Currículo Paulista, evidenciadas nos documentos oficiais.
  - Descrever a percepção do professor acerca de sua participação na elaboração do currículo, a partir de suas próprias visões e de posições das entidades de classe.

## **METODOLOGIA:**

Para o alcance dos objetivos de nosso estudo realizamos:

- Revisão bibliográfica sobre as políticas públicas educacionais e as mudanças que acarretaram e análise documental envolvendo leis, diretrizes e currículos homologados pelo Governo Federal e pelo estado de São Paulo. Contextualização do Currículo Paulista a partir das fontes governamentais com destaque aos atores participantes.
- Levantamento das publicações do posicionamento oficial das entidades de classe que atuam no estado de São Paulo, como a APEOESP (abrangência estadual) e a ANFOPE (abrangência federal, com representação na região sudeste), sobre a participação do professorado nas políticas públicas educacionais.
- Aplicação de um questionário com questões fechadas e abertas, a professores atuantes em uma escola da rede pública estadual, no interior do estado, respondido de forma presencial, buscando captar como se percebem afetados pelas mudanças nas políticas educacionais e sua participação na atualização do Currículo. Seguido das análises qualitativas da percepção dos professores.

Os dados foram coletados em 2022 e as respostas dos professores foram tabuladas e discutidas de modo qualitativo e de modo triangulado com os dados obtidos na análise documental.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

Os documentos apresentam narrativas ligadas à justificativa da manutenção da qualidade educacional da escola pública e uma defesa de currículo marcado pelos interesses governamentais, evidenciados pela aprovação de novas políticas – como substitutas daquelas trazidas pela gestão anterior – a cada nova gestão. Fez parte deste processo a metamorfose da economia mundial a partir da década de 1990, palco para surgimento da ideologia neotecnicista que relaciona qualidade a produtividade, onde economistas passaram a opinar – e com valor cada

vez maior – em sugestões para gestão da educação em órgãos internacionais. No Brasil, com a ascensão de políticas neoliberais propiciadas pela reabertura democrática pós regime militar, o utilitarismo mercadológico da educação se enraizou. Organizações, empresas e órgãos internacionais passaram a ter relevância, perante o governo, sob a batuta da “responsabilidade social”, para contribuir ativamente com suas sugestões em políticas públicas educacionais. Ora, com muitos novos atores em cena, alguns foram paulatinamente afastados e, infelizmente, nesse cenário, se encontra o professorado atualmente.

Os documentos analisados evidenciam interesse pela participação buscando legitimação política por meio de diferentes entidades e universidades que são apresentadas como coautoras da proposta. Os textos introdutórios do Currículo Paulista falam sobre “apresentação de seminários”, “consultas públicas *on-line*” e “questionários para estudantes do ensino médio da rede estadual”. Citam, também, que as sugestões foram incorporadas às primeiras versões redigidas, estas por professores da rede pública e particular, gestores escolares, universidades e organizações sem fins lucrativos. Novas versões foram redigidas e promulgadas posteriormente, sendo um documento para o ensino infantil e ensino fundamental e outro para o ensino médio.

Chama a atenção nestas políticas o baixo apreço ao segmento dos professores e por isso o interesse em conhecer a percepção dos mesmos frente às mudanças que afetam o seu cotidiano de trabalho.

Responderam ao questionário 16 professores da escola selecionada a partir da notoriedade da escola no município pela divulgação popular e pela heterogeneidade de seu público, tanto corpo discente – advindos de diversos bairros da cidade – quanto docente – professores que não atuam exclusivamente na escola e, portanto, têm contato com outras realidades presentes no mesmo sistema de ensino.

Ao se perguntar se tiveram contato com os dois documentos – do ensino fundamental e do ensino médio presentes na proposta oficial – 12 professores (75% da amostra) revelaram estarem discutindo os textos na escola; 2 professores (12,5% da amostra) revelaram ter contato por conta própria e 2 (12,5% da amostra) professores revelaram que não tiveram acesso a eles.

Interrogados se sentiam-se participantes da elaboração dos documentos, 15 professores dos dezesseis afirmaram “Não” (93,75% da amostra) e 1 (6,25% da amostra) não respondeu. Destes, três opinaram, afirmando:

- “Na verdade, não aconteceu uma participação efetiva na elaboração do currículo. Aconteceram alguns questionamentos online e algumas poucas discussões nas ATPCs”.
- “Não lembro de sermos consultados”.
- “O acolhimento das contribuições não foi de forma transparente”.

Indagados acerca dos eventuais pontos positivos dos documentos, alguns assim se manifestam (algumas respostas foram aqui apresentadas; não todas, pela limitação de páginas):

- “Organiza a aula; facilita o conteúdo; ótimo para o nível de aprendizado dos alunos”.
- “Reciclar é sempre bom e produtivo”.
- “Facilita o uso tecnológico; mais flexível o conteúdo; interação com outras disciplinas”.

A saber, 3 professores (18,75% da amostra) apontaram a interdisciplinaridade como ponto positivo.

Quanto aos pontos negativos do documento, 6 professores (37,5% da amostra) relatam que o material didático enviado à escola não está em consonância com o Currículo. 2 (12,5% da amostra) professores reclamam da perda de autonomia do professor e 1 reclama da falta de recursos para aplicação, como laboratórios.

Interessados em conhecer os fatores que afetaram o acompanhamento das discussões sobre a elaboração do documento, encontramos que 9 professores (56,25% da amostra) indicaram falta de tempo como motivo para não terem acompanhado, 2 professores manifestaram terem acompanhado por vontade própria, 1 professor julgou não ser relevante, 3 relataram que não foram convidados a participar e 1 professor não atuava na rede pública à época.

Um dado curioso foi o destaque dado pelos professores acerca da abertura de espaços para manifestação. 10 professores relatam interesse de se manifestar (62,5% da amostra), 5 relataram que não e 1 não respondeu.

O que se percebe pelo cotejamento das fontes é que a abertura de espaço anunciada nos documentos oficiais não atingiu o objetivo de mobilização do segmento dos professores e isso deve afetar o trabalho docente em bases nas quais se sente pouco protagonista e mero executor. Observa-se ainda o descompasso entre o texto final do Currículo Paulista e as condições da escola além de produzirem sentimento de desprestígio profissional o que afeta a busca da qualidade de ensino anunciada.

## **CONCLUSÕES:**

Considerando os professores como profissionais responsáveis pela implementação da proposta curricular no dia a dia escolar, dentro das salas de aula e diferentes espaços educativos, destacamos a importância de resgatar os espaços de escuta atenta de suas vozes e reflexões sobre o seu próprio trabalho diário, computando suas reivindicações, descontentamentos e sugestões para melhoria de modo a engaja-los na luta pela qualidade social da escola que só se viabiliza pela participação coletiva e que é sempre muito mais complexa do que os documentos insinuam. Mudanças curriculares não podem ser concretizadas sem a presença ativa e crítica dos professores, estudantes e famílias.

## BIBLIOGRAFIA

SAVIANI, Demerval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, nº 24, p. 7-16, 2008 (ano de publicação).

SAVIANI, Demerval. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **RBPAE**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 207-221, 2013 (ano de publicação).

VIEIRA, José Jairo.; RAMALHO, Carla Chagas.; VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. A origem do plano nacional de educação e como ele abordou as questões de gênero. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n.1, p. 64-80, 2017 (ano de publicação).

LEI de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). **Fundação Getúlio Vargas**, 2009. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-ebases-da-educacao-nacional-ldbem>>. Acesso em 09 de set. de 2021.

MARTINS, Andréia. **A constituição de 1946 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4024/61: a educação pública em debate**. CONEDU: Congresso Nacional de Educação, 5ª edição. Olinda, 2018.

MARCHELLI, Paulo Sergio. Da LDB 4024/61 ao debate contemporâneo sobre as bases curriculares nacionais. **Revista e-Curriculum**, v. 12, n.03, p.1480-1511, 2014 (ano de publicação).

CONHEÇA a história da educação brasileira. **Ministério da Educação**, 2020. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>>. Acesso em 09 de set. de 2021.

CUNHA, Luiz Antonio. O legado da ditadura para a educação brasileira. **Educ. Soc.**, v. 35, n. 127, p. 357-377. Campinas, 2014 (ano de publicação).

FREITAS, Luiz Carlos de. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educ. Soc.**, v. 25, n. 86, p. 131-170. Campinas, 2004 (ano de publicação).

CHAUI, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da ANPED, Poços de Caldas, 2003.